

A JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA E A NOVA SOCIABILIDADE: CONTINUIDADE OU RUPTURA?

Loriza Lacerda de Almeida¹

RESUMO: A Reforma Universitária ocorrida no Brasil em 1968, que em parte foi resultante das pressões sociais impostas pela sociedade civil, possibilitou oportunidades de acesso ao ensino superior, mas também criou condições pra sua massificação, alterando a qualidade da formação dos estudantes universitários. Da ação coletiva e politizada dos estudantes dos anos 60, aparentemente fez-se uma ruptura, criando novas formas de ação que na década de 90 foram consideradas por muitos estudiosos como formas a-políticas e individualistas, imputando à juventude universitária o rótulo de alienada e politicamente descompromissada. No entanto verificamos que este imobilismo não é real. O que ocorre é que os jovens implementaram uma mudança de comportamento fundamentado em outros princípios, migrando da política estudantil *stricti senso* para ações mais universalizadoras, alicerçadas na construção da cidadania.

¹ Doutora em Ciências Sociais – e-mail: loriza@faac.unesp.br - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – Campus de Bauru, Universidade Estadual Paulista – UNESP - Brasil

PALAVRAS-CHAVE: juventude universitária; ação política; alienação; cidadania.

INTRODUÇÃO

O tema Juventude é recorrente nas ciências sociais e diversas abordagens dão conta da riqueza e da complexidade do assunto. Se por um lado, a produção de teias teóricas amplifica a discussão, por outro sabemos que estamos longe, no Brasil, de consolidar a área de estudos, restando aos cientistas sociais aprofundar e esmiuçar o tema.

Constatar que o assunto é complexo nos remete à compreensão de que o conceito de juventude contém uma miríade de interpretações, indicando que há várias formas de “ser jovem”.

As interpretações contemporâneas acerca da juventude parecem se fundamentar amplamente em concepções bio-psíquicas², na relação com o trabalho³, educacionais⁴ e políticas⁵, construindo dentro destas distintas perspectivas, modelos de análise e interpretação do que vem a ser a juventude, em termos de seu desenvolvimento biológico, de sua inserção no mercado de trabalho, em sua relação com as distintas políticas educacionais como usuário e sujeito e ainda em termos das ações políticas implementadas, sem esquecer de mencionar a conceituação utilizada pelas Nações Unidas, que define jovem como sendo aquele segmento compreendido entre as idades de 15 a 24 anos de idade.

Estas várias formas, estão articuladas com as diferentes inserções que os jovens possuem nas classes sociais, na produção e no consumo cultural, bem como nas formas de apropriação dos comportamentos sócio-políticos.

Pensando sobre a diversidade contida neste conceito, identificamos a formação de leituras ideológicas distintas, que ora reconhecem o jovem como sujeito histórico, participante ativo nas lutas sociais, portanto como um sujeito transformador de sua realidade e por outras vezes, o jovem é tratado como um ser dócil, dominado, passivo e alienado de sua força transformadora.

Considerando a história brasileira nos anos 60, em que a militância jovem e estudantil obteve o reconhecimento da sociedade como sendo um segmento fortemente participativo e

² ADAMO, 1987.

³ SPÓSITO, 1989.

⁴ FRANCO & ZIBAS, 1990.

⁵ SILVA, 1989. FORACCHI, 1977. SANDOVAL, 1997. MADEIRA, 1986. ABRAMO, 1996.

politicamente decisivo para as lutas sociais de então, segue-se uma interpretação sobre a juventude dos anos 90 inteiramente contrária, identificando-a como manipulada, castrada de seus anseios coletivos e democráticos – em uma palavra, alienada.

Sabemos que a conjuntura brasileira dos anos 90 em relação aos 60 é radicalmente distinta, trata-se mesmo de uma mudança que reflete no comportamento dos diferentes segmentos sociais. Assim, a juventude dos anos 90 é distinta daquela de três décadas anteriores e aqui nos interessa refletir sobre esta mudança e sobre suas conseqüências para a juventude universitária. Movidos pela necessidade de compreender este processo é que nos debruçamos sobre o problema, buscando decodificá-lo.

ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DA NOVA SOCIABILIDADE

A expansão das oportunidades de acesso à universidade no Brasil, após os anos 70, levou o ensino a um processo de massificação, mudando a fisionomia do estudante universitário e do próprio ensino. Quando ela deixa de ser elitista e se transforma em universidade de massas, duas coisas importantes acontecem: rebaixa-se a qualidade de ensino e ao mesmo tempo, o seu custo social.

No que se refere à qualidade, ficou garantido ao ensino superior um nível mínimo necessário, de tal forma que fossem oferecidas as possibilidades de competitividade no pólo trabalho, ao mesmo tempo em que fosse mantida a expectativa de ascensão social como forma de negar o antagonismo existente entre as classes sociais. Prandi⁶ afirma que a redução do custo social do ensino teve conseqüências diretas nas escolas particulares e que estas foram as grandes responsáveis pelo aumento do número de vagas, com uma qualidade inversamente proporcional às públicas.

A maioria das escolas particulares passaram a oferecer um grande volume de vagas, usando o artifício de muitos alunos para poucos professores e divorciando a pesquisa da docência, visando desta forma professores mais baratos e com baixa qualificação para um grande número de alunos, revelando sua preferência por cursos que exigem menores investimentos financeiros. Desta forma a universidade passa a ter, como uma de suas funções,

⁶ PRANDI, 1982.

a ampliação do exército de mão de obra qualificada, onde se observa que “a proletarização da classe média, a saturação do mercado de trabalho dos profissionais de nível universitário, a deteriorização do salário e do nível do ensino são apenas a ponta do iceberg”.⁷

O estudante que ingressava na universidade anterior à Reforma de 1968, freqüentava uma instituição planejada para a formação das elites nacionais e sua auto reprodução. Quando a instituição sofre o processo de massificação, pós reforma universitária, ainda que ela se mantenha igualmente burguesa, passa a criar expectativas de ascensão social notadamente para as classes médias, o que não acontece substantivamente, dado que a função de ampliação dos quadros de mão de obra qualificada não garante que ela seja totalmente absorvida pelo mercado. Desta forma, nada garante ao estudante universitário a sua inserção no mercado, a partir da qualificação acadêmica, como escreve Prandi⁸

“de repente a universidade é vista como mais uma promessa não realizada. Como se tudo isto fosse pouco, concretamente a universidade perde seu estatuto de instituição promotora da ascensão social necessariamente garantida. Agora, o mito da cidadania que faz de todos ‘iguais’ regurgita e lança no mercado de trabalho trabalhadores concorrentes”.

Ao mesmo tempo a universidade permite múltiplas trocas culturais, étnicas, formação de grupos por identificação política e científica, favorecendo um tipo especial de sociabilidade fundada na pluralidade. Sendo a universidade um lugar particularmente fértil na difusão da cultura, ela deve, como afirma Wanderley⁹ “...buscar uma identidade própria e uma adequação à realidade nacional” para realizar uma prestação de serviços que seja relevante. E ainda, conforme continua o autor, “em todas as sociedades, mas principalmente nas dependentes, cabe-lhe exercer tarefas urgentes de compromisso social”.

A universidade pública, além das características de produção e difusão dos vários saberes, em tese, possibilita o acesso ao ensino superior àqueles que buscam esta formação e que não teriam condições de financiar seus estudos em instituições privadas.¹⁰

As transformações sofridas pela universidade a partir da reforma e, portanto, de uma nova política universitária, se faz refletir de forma direta sobre os estudantes. A partir do

⁷ PRANDI, 1982, p. 19

⁸ PRANDI, 1982, p. 24

⁹ WANDERLEY, L. E. W., 1993, p. 11.

¹⁰ Afirmar que o acesso universal é possibilitado pela universidade pública àqueles que não dispõem de recursos financeiros é controverso. Basta verificar que os exames vestibulares, especialmente nas carreiras de ‘ponta’, são altamente seletivos, pressupondo uma formação anterior de boa qualidade, o que nem sempre corresponde à realidade do candidato. Nossa afirmação apenas quer resguardar o princípio filosófico da universidade pública.

ingresso no ensino de nível superior os estudantes têm como desafio a necessidade de aquisição de outros conhecimentos além daqueles oferecidos pela própria universidade, que crie condições de competitividade no mercado de trabalho.

Se por um lado, a expansão de oportunidades de acesso ao ensino superior se efetivaram, a partir da reforma e das pressões sociais externas à instituição universitária, por outro lado a massificação do ensino superior promoveu uma alteração qualitativa na formação dos estudantes, que detonou a chamada ‘crise da universidade’.

Neste sentido, o jovem universitário se depara hoje, muito mais com a preocupação relativa a sua inserção futura como força de trabalho, do que com a vida universitária propriamente dita. De tal forma esta preocupação se avizinha no cotidiano do estudante universitário que ele, invariavelmente, tende a se afastar de formas coletivas de ação no âmbito da universidade, preocupado que está com sua própria sobrevivência enquanto força de trabalho.

Tal comportamento possibilita análises de natureza pessimista, dando conta de que atualmente o jovem é desinteressado, apático, alienado, em suma, que apenas se entrega a interesses individualistas. Àqueles que conseguem fazer uma síntese mais qualitativa do fenômeno pelo qual a universidade passa hoje e se lançam no trabalho da organização política, são atribuídas críticas sobre seu voluntarismo ou sobre sua falta de competência e disciplina para os cursos, ademais são considerados profissionais da política universitária, carreiristas de toda ordem que abandonam os cursos para dedicar-se aos oportunismos políticos oferecidos pela vida acadêmica.

Se considerarmos que a universidade oferece uma formação profissional que fica muitas vezes aquém da exigida pelo mercado de trabalho, sem dificuldade compreendemos porque a maioria dos estudantes não se dispõe a um engajamento político que lhe tome tempo de estudo, e prefira buscar novas fontes de formação/informação, como os estágios, bolsas de iniciação científica, participação em simpósios, congressos, além dos cursos complementares de línguas, informática, etc.

Dado que uma conjuntura econômica adversa está em curso, em que o fato de ser portador de diploma universitário em quase nada lhe garante o emprego, a busca pelo aprimoramento profissional torna-se uma exigência, e a participação política em nome das questões coletivas, uma veleidade.

O estudo de Prandi¹¹ já realizava esta análise, e afirmava que “o estudante universitário de hoje não encontra mais os parâmetros definidores do profissional liberal que o precedeu”.

É nesta perspectiva, de que o estudante não encontrará na universidade todos os elementos necessários para a sua reprodução econômica, que a representação do universitário como um sujeito preocupado, sobretudo, com sua vida profissional futura vai ganhando força. Neste sentido, a construção histórica deste sujeito vem sofrendo alterações decorrentes das mudanças conjunturais, tornando-se ele mesmo um novo jovem, com focos de preocupações distintos de outras gerações.

Decorrente deste processo, de alterações profundas tanto da conjuntura econômica, em especial a partir das crises dos anos 80 no Brasil, quanto das prioridades a que vai se expondo a juventude, que as formas de engajamento e de representação política também entram em um processo de crise e de mudança, em relação às formas tradicionais de ação e representação política.

Para que a participação política da juventude universitária seja assegurada, é necessário que ela seja construída em outras bases, para ter repercussão junto aos estudantes. A crise das representações de que tanto se fala, não passa necessariamente por sua legitimidade, mas sim pela pertinência das causas que são representadas.

Se as reivindicações levadas aos órgãos colegiados da universidade e às assembleias dos estudantes não são específicas o suficiente para atender as questões concretas que preocupam os estudantes, elas caem no vazio, na desmobilização e, não raro, se confundem com o não reconhecimento das lideranças.

Estas questões concretas se referem, também à ineficiência da universidade em formar os profissionais para o mercado. Não que a universidade deva apenas cumprir este papel, há também outras dimensões que se referem à sociabilidade¹², à formação política e cultural, à informação geral, porém a universidade deve cumprir também o papel de formadora de mão de obra aprimorada para o mercado de trabalho, sem o que, uma de suas funções sociais fica prejudicada, podendo levar grande contingente de estudantes à frustração quanto ao que a universidade, potencialmente, pode oferecer.

¹¹ PRANDI, 1982, p. 36

¹² O conceito Sociabilidade é aqui utilizado no sentido de indicar que diferentes formas de interação social vêm sendo experimentadas pela juventude. Nesta situação, os jovens buscam instituir novas metas para a ação dos grupos específicos, na relação com os demais grupos sociais.

Como afirma Prandi¹³ “essa qualificação não-qualificada, paradoxo elementar, representa hoje certamente um dos ‘dramas’ da clientela do ensino superior, base do inconformismo que insiste em pensar o trabalho do ponto de vista do indivíduo, e não da classe trabalhadora”.

Vista de perto, a situação da juventude retrata, de forma singular, questões que são da vida coletiva, da vida social. As expectativas da juventude, no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho, não se referem a um momento particular do ciclo da vida destes sujeitos, mas são, sobretudo expressões singulares de processos sociais que são gerais e que se referem à crise econômica, à exclusão social, à ausência de cidadania e à massificação do ensino, da cultura e do consumo.

Concorre ainda para o afastamento das ações mais voltadas à participação coletiva, todo um conjunto de assertivas divulgadas pela mídia, pela universidade e pela ideologia, de que na contemporaneidade o individualismo é inexorável, que aos estudantes compete estudar e não fazer política e, sobretudo, que não existem quaisquer possibilidades de mudanças estruturais, logo, o envolvimento não vale a pena.

Estas seriam as razões que justificariam uma juventude alheia e desvinculada da participação política. No entanto, o imobilismo não é real. O que se insinua são novas formas de engajamento político, substituindo as formas tradicionais de participação. Tudo leva a crer que uma nova identidade está surgindo entre a juventude e Mische¹⁴ afirma que para compreender a dinâmica deste processo é necessário “uma nova ótica teórica capaz de englobar a multiplicidade de relações e significações sociais, e o caráter interativo e processual de toda a experiência social”.

As novas contribuições teóricas apresentadas pela sociologia para compreender a dinâmica da juventude brasileira têm dois pontos de partida fundamentais:

a) a crítica sobre a visão funcionalista, que compreende a juventude sobretudo como resultante da internalização de regras sociais, do inculcamento de normas e padrões estabelecidos, de tal forma que cria condições favoráveis a uma interpretação teórica que emoldura a juventude atual sob a imagem da apatia, do desinteresse, do individualismo decorrentes de uma conjuntura sócio política específica (capitalista e neoliberal) que impregna estes valores, desqualificando sua atuação como sujeitos históricos capazes de ações propositivas.

¹³ PRANDI, 1982, p. 80

¹⁴ MISCHÉ, 1997, p. 135

b) A constatação de que a juventude contemporânea, dos anos 90, vêm sendo analisada sob a evocação daquela que nos anos 60 se mobilizou no campo político, fazendo oposição ao regime militar, e sobre a qual plasmou-se a imagem “de uma geração idealista, generosa, criativa, que ousou sonhar e se comprometer com a mudança social”.¹⁵ Se tal referência é levada a termo, só resta à juventude dos anos 90 a atribuição de uma certa patologia social: individualismo, conservadorismo, apatia, desinteresse.

Embora a contribuição dada por diferentes modelos teóricos, que explicam a juventude quer através de condutas desviantes, do enfoque do desenvolvimento bio psíquico dos sujeitos, do engajamento político como vanguarda, estejam sendo superadas, é necessário destacar que esta teoria tem importância inegável e são pontos de vista nem sempre excludentes em relação a outras teorias, mais abrangentes e complexas.

A crítica aos aportes teóricos de caráter funcionalista se refere ao fato de que elas não permitem captar a dinâmica e a complexidade das relações sociais vividas pela juventude. É nesta perspectiva que Mische¹⁶ aponta a necessidade de agregar outros instrumentos de análise, que dêem conta de compreender a mudança de identidade da juventude dos anos 60 para a nova identidade dos anos 90, assumida pelos jovens. Essa mudança de identidade se desloca basicamente da radicalidade da polarização entre o movimento estudantil e a ditadura para a ação mais universalizante da cidadania.

Para que tal empreitada seja possível, a autora critica a noção de identidade tal como vem sendo apresentada teoricamente, indica as análises que vem sendo realizadas a partir da noção de redes sociais, mas identifica que tais ações ainda estão impregnadas de uma visão determinista, que partem do pressuposto que identidade é um ‘a priori’ nas relações sociais. Nesta perspectiva propõe que “é necessário um conceito de identidade como focalizador de projetos, dando direções às ações além de definição aos grupos”.¹⁷

Para tanto, Mische percorre o conceito de identidade, demonstrando analiticamente suas inter-relações com o ciclo de vida e expõe três elementos que conferem à noção de identidade um caráter mais dinâmico e interativo: o reconhecimento, a experimentação e a orientação. Estes elementos podem ser assim resumidos:

a) As identidades possíveis (classe, gênero, raça, nacionalidade) tornam-se identidades de fato quando reconhecidas externamente, e afirma “não é apenas o atributo ou a posição social que determina a identidade, mas são também as experiências e

¹⁵ ABRAMO, 1997, p. 31.

¹⁶ MISCHE, 1997, p. 138/39.

¹⁷ MISCHE, 1997, p. 139

orientações coletivas dentro de um dado contexto concreto que criam o potencial para formas diferenciadas de reconhecimento”.¹⁸ Assim sendo, as identidades podem, a qualquer momento não se definirem enquanto tal, sendo desarticuladas ou não reconhecidas.

b) Sendo a juventude um momento do ciclo da vida em que se vivencia múltiplas identidades, estas são experimentadas publicamente, buscando reconhecimento externo (família, escola, trabalho, etc.) e os jovens estabelecem “compromissos (ainda provisórios) com laços sociais e significados coletivos, que terão impacto crítico nas suas opções ao longo da vida”¹⁹, podendo afirmar os estilos ou negá-los, moldando novos modos de ser.

c) A identidade não é apenas um elemento estruturador, mas também um mecanismo que faculta a escolha de procedimentos nas ações, ou seja, funciona como elemento orientador que o jovem mobiliza seletivamente, de acordo com seus projetos futuros. Não significa que apenas a identidade experimentada e reconhecida determine sua mobilidade no espaço social, mas sim que abre perspectivas, como afirma a autora “embora as carreiras e trajetórias abertas aos jovens estejam estruturadas pelas posições de classe e pelas instituições sociais e políticas, os jovens também têm algum espaço de escolha, de manobra e, às vezes, invenção de caminhos e direções de vida.”²⁰

Sob esta orientação mais dinâmica do conceito de identidade, Mische explica que a identidade de ‘estudante’ nos anos 60 foi forjada de forma mais específica no âmbito da família e da universidade (cuja expansão de vagas entra em curso) e dentro de uma dinâmica de oposição política.

De outra forma, a juventude atual tem sua identidade construída no campo de experiências mais amplas que favorecem múltiplos projetos pessoais e coletivos, de tal forma que, segundo a autora, “a categoria de ‘estudante’ não tem a multivalência necessária para servir como um prisma para a diversidade de projetos – em – formação dos jovens dos anos 90. Daí a necessidade de uma identidade mais abrangente (e ambígua) evidente no universalismo formal de ‘cidadão’.”²¹

Concorrem para a dissolução da identidade de ‘estudante’ e a formatação da nova identidade de ‘cidadão’, as mudanças verificadas nas relações culturais: a emergência das

¹⁸ MISCHE, 1997, p. 139.

¹⁹ MISCHE, 1997, p. 139

²⁰ MISCHE, 1997, p. 140.

²¹ MISCHE, 1997, p. 140.

gangs ou tribos de jovens alicerçadas em grande parte em estilos culturais alternativos, a popularização da tecnologia informacional, em especial, a televisão e o computador (que oferece experiências juvenis *on – line*, onde o virtual e o real se confundem), o *shopping center* com sua primazia consumista e alienante, entre outras.

Ao lado disto, a reconfiguração da universidade dispersa e fragmentada, segundo os preceitos da reforma e o próprio movimento estudantil que perde, gradativamente, seu caráter aglutinador, talvez porque não tenha conseguido absorver, de forma sensível e rápida, as transformações ocorridas na conjuntura e nos estudantes universitários, tornando-se de certa forma, anacrônico.

O ceticismo dos estudantes quanto às possibilidades de mudança e a tendência a uma paralisia política se dão, como afirma Mische²², não porque sejam acomodados ou apáticos, mas porque há “uma falta de espaços centralizadores ou identidades públicas unificadoras, capazes de transformar suas críticas sociais – muitas vezes agudas – em ação coletiva”.

Esses novos elementos são constitutivos da reelaboração da identidade da juventude brasileira dos anos 90, e nos permitem afirmar que a juventude não perdeu seu lastro, mas sim que é potencialmente capaz de ações propositivas, certamente de natureza diversa àquelas das gerações que a antecedeu.

O QUE HÁ DE NOVO NO COMPORTAMENTO DOS UNIVERSITÁRIOS

Buscando compreender quais as modificações e influências sofridas pela juventude universitária, desenvolvemos uma pesquisa²³ em que a principal hipótese esteve fundamentada na compreensão de que as mudanças da conjuntura brasileira implicaram em reflexos diretos sobre a juventude, de forma que pudemos perceber novas formas de comportamento sócio-político nos estudantes universitários, que realizam várias intervenções na sociedade, negando a opinião de alguns estudiosos que os limitam a comportamentos apáticos e alienados.

Nosso estudo, na fase de realização das entrevistas, pretendeu identificar as singularidades da participação sócio-política e, contatando estudantes universitários pôde evidenciar que estes não correspondem a uma imagem de ‘sujeitos sujeitados’ que

²² MISCHE, 1997, p. 144.

²³ Tese de doutorado apresentada à Pontifícia Universidade Católica – SP, 1999.

simplesmente se preocupam com questões pessoais e para quem a sociedade e as questões coletivas não têm importância.

Este é o saldo mais significativo do trabalho. Evidenciou as manifestações concretas dos estudantes que, embora não disponham de análises mais globais para se perceberem como sujeitos participativos, à medida em que relatam seu cotidiano e suas preocupações, dão pistas de que não estão paralisados ou anestesiados frente ao mundo e às suas contradições, mas reagem, cada qual a seu modo, segundo a apreensão que fazem da realidade.

Os principais elementos verificados, a partir das entrevistas realizadas e das categorias de análise construídas, que sustentam a argumentação de que a juventude universitária detém um tipo específico de participação, podem ser resumidos da seguinte forma:

- Apesar dos entrevistados interpretarem que a inserção dos jovens se dá de forma muito restrita, eles próprios relatam que desenvolvem diferentes ações de intervenção, quer seja através do desempenho de cargos de direção nos diretórios e centros acadêmicos, de atividades religiosas, de atividades culturais ou mesmo de ações altruístas. Não restam dúvidas que alguns estudantes estão interessados apenas no conhecimento instrumental e no domínio da base técnica para exercer a profissão escolhida, no entanto também estão presentes aqueles que se preocupam com transformações no âmbito ético e político, com vistas a uma sociedade mais justa;
- É interessante notar que as críticas sobre a restrição da ação da juventude se sustenta muito fortemente na linguagem. Quando se dirigem à juventude ou ao estudante universitário, invariavelmente usam a 3ª pessoa. Sempre dizem ‘eles’ e nunca ‘nós’, o que dá uma conotação de distanciamento, como se não fossem - eles todos - a juventude ou os estudantes universitários. Desta forma, se colocam como sujeitos que não se incorporam ao coletivo. Se ao relatar as ações que exercem, dissessem: ‘nós – estudantes - fazemos, estivemos, queremos, pensamos...’, teríamos a manifestação concreta da ação da juventude relatada por ela própria;
- Manifestam também um descrédito e uma rejeição muito forte à política institucional, principalmente aos partidos políticos e aos governantes. Esta crítica pode ser interpretada como uma forma de demonstrar resistência ao que

está posto na sociedade, especialmente em relação ao Brasil, cujos escândalos e desmandos políticos têm sido sistematicamente denunciados;

- Os estudantes entrevistados conseguem perceber as evidências da situação econômica e social quando apontam a privatização das estatais como um risco potencial para a universidade. Podem até não entender teoricamente os conceitos que são utilizados, mas têm a perspicácia de perceber o valor da universidade pública e os riscos que ela corre. Tal fato denota, por assim dizer, um tipo de consciência crítica que é limitada, mas pode ser ampliada;
- Quanto a existência de canais de participação e de representação política, os estudantes os reconhecem, embora tenham críticas severas em relação aos representantes. Estes últimos se reconhecem limitados quanto ao papel que desenvolvem, apontando dificuldades de diversas ordens: tempo de dedicação, falta de maior preparação, etc.;
- Quando as críticas são elaboradas, percebe-se que não há muita densidade nos seus discursos que, por vezes, se apresentam contraditórios e desconexos. Há que se reconhecer neste ponto uma certa dificuldade encontrada na expressão verbal dos estudantes, provavelmente resultante de pouco treino de leitura ou discussão. A crítica, muitas das vezes é um pouco gratuita, sem que consigam exemplificar com clareza o que estão querendo dizer. Além disto, algumas das críticas apontam para pessoas que estão desenvolvendo ações que não se enquadram em seus gostos, quer pelo envolvimento político partidário, que a maioria menospreza, quer porque os que criticam não acreditam na efetividade da ação implementada;
- Estas contradições aparecem em várias situações como resultantes de uma dubiedade em relação à política. Os estudantes resistem um pouco a considerar suas ações como sendo de caráter político, porque confundem, via de regra, apenas com o partidário. Estas diferenças não se apresentam de imediato para os estudantes;
- Os estudantes que participam das diretorias das entidades apresentam um discurso bem mais articulado e subsidiado de informações, a visão sobre a organização acadêmico-administrativa da universidade e os pontos críticos desta organização são muito bem visualizados por eles, e suas intervenções

denotam maior clareza na discussão sobre os problemas da universidade e do estudante universitário;

- Embora os estudantes não tenham em comum, necessariamente, o mesmo campo de experiências, há uma razoável homogeneidade nos discursos, demonstrando particularmente que o universo cultural parece ser compartilhado pela maioria, resultante da vivência universitária;
- A universidade foi considerada em nosso estudo como uma instituição potencialmente formadora de consciência crítica, embora tenhamos destacado, ao longo de nossas considerações que a escola também pode cumprir o papel de reprodutora de desigualdades. Ao cabo de nosso trabalho, pensamos que ainda podemos dar crédito à universidade na perspectiva da formação do pensamento crítico. Durante as entrevistas alguns estudantes destacaram a importância da universidade pela troca de experiências, pelo convívio com diversas culturas e nova sociabilidade, onde a relação coletiva é geradora da percepção das diferenças. Desta forma, a instituição se coloca para estes, como campo fértil de construção de novas possibilidades;
- Se levarmos a termo, muitas das entrevistas indicam que as ações desenvolvidas e praticadas em distintos âmbitos sempre caem no vazio. Em nossa compreensão, esta postura se manifesta porque muitas das ações são desarticuladas, não havendo quem ou o que as canalize em ações concretas e direcionadas, porque estas novas formas de ação não foram ainda de todo assimiladas pelos estudantes. Mas isto não significa negá-las enquanto expressões concretas da participação sócio-política do estudante universitário.

Compreendemos assim que as manifestações do jovem estudante universitário, em que pese suas incongruências e contradições, são ações concretas e não metáforas de participação, em uma sociedade que dispensa pouca atenção a este segmento social, sinalizando para aspectos comuns da comunidade estudantil universitária.

CONCLUSÕES

No bojo das transformações históricas, políticas e econômicas nos últimos 30 anos da conjuntura brasileira e as mudanças sofridas pelos jovens, é necessário aprofundar a percepção e a análise sobre esta temática. Atualmente as formas de manifestação da juventude estão estruturadas sobre novas formas de expressão, inclusive as que se referem ao campo político.

É inegável que um grande número destas manifestações estão assentadas em ações voltadas à diversão, à cultura e ao lazer. E quando estas se revelam através da música, da religião, da linguagem, dos modos de vestir, dos comportamentos e das práticas culturais, são maneiras de explicitar sua opinião sobre o mundo que os cerca. Tais manifestações levadas em consideração oferecem as pistas para a interlocução com a juventude atual e, sobretudo, para a compreensão de suas perspectivas para a ação política.

As diferentes concepções sobre a juventude, apresentadas neste capítulo, nos permitem perceber que o conceito de juventude ganha interpretações diversas, à medida que se observa o deslocamento do eixo das interpretações teóricas sobre o tema. No campo psico social, as interpretações se referem ao desenvolvimento psicológico dos indivíduos, que se dá de forma concomitante ao desenvolvimento social, no sentido da aprendizagem e da aceitação de responsabilidades típicas do mundo adulto. Na sociologia, a concepção ‘vanguardista’ da juventude cedeu lugar ou conviveu com as interpretações sustentadas na perspectiva de que as gerações mais jovens têm características particulares, diferenciadas em relação às demais. Decorrente destas interpretações e a partir das novas configurações que a conjuntura brasileira apresenta, a juventude passa a ser analisada, na sociologia, do ponto de vista de uma nova identidade que se constrói a partir de ações políticas e culturais de caráter mais geral, em detrimento das ações estudantis, em particular. Desta forma, podemos perceber que as concepções sobre a juventude se rearticulam e, em certo sentido, superam a definição clássica de estudante como ‘vanguarda política’, cedendo lugar à identidade de uma juventude cidadã, que se envolve em ações políticas de caráter mais geral.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Helena Wendel. Expressões e manifestações culturais da juventude, IN: *PJ A Caminho*, n° 64, p. 5-14, Porto Alegre: Instituto de Pastoral de Juventude, 1996.

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. IN: *Revista Brasileira de Educação*, n° 5-6: Juventude e Contemporaneidade, SP: Anped, p. 25-36, maio-dezembro 1997.

ADAMO, F. e outros., *Juventude: trabalho, saúde e educação*. RJ: Forense - Universitária, 1987.

ALMEIDA, Loriza Lacerda. O jovem estudante universitário: um estudo sobre o comportamento sócio-político. Tese de doutorado. PUC-SP: 1999.

FORACCHI, M. M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. SP: Ed. Nacional, 1977.

FRANCO, M. L. e ZIBAS, D. *Final do século: desafios da educação na América Latina*. SP: Cortez Ed. , 1990

MADEIRA, Felícia Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*, SP, n° 58, 1986.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. IN: *Revista Brasileira de Educação*, n° 5-6: Juventude e Contemporaneidade, SP: Anped, p. 134-150, maio-dezembro 1997.

PRANDI, Reginaldo. *Os favoritos degradados – ensino superior e profissões de nível universitário no Brasil hoje*. SP: Edições Loyola, 1982.

SANDOVAL, S., LHULLIER, L. A., CAMINO, L. (org) *Estudos sobre comportamento político – teoria e pesquisa*. Florianópolis/SC: Letras Contemporâneas, 1997. (Coleção Ensaio)

SILVA, J. I. de A. *Estudantes e política – estudo de um movimento (RN 1960-1969)*, SP: Cortez Ed., 1989.

SPÓSITO, Marília P. (coord) e outros. *O trabalhador estudante - um perfil do aluno do curso superior noturno*. SP: Ed. Loyola, 1989.

SPOSITO, Marília P. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade, In: *Tempo Social*; Revista de Sociologia da USP, 5 (1-2): 161-178, 1993 (editado em nov. 1994).

WANDERLEY, Luiz Eduardo Wandemarin. *O que é universidade*, SP: Brasiliense, 1993. (Coleção Primeiros Passos)